Ver para Crer

Fátima Monteiro

O Parlamento Europeu condenou recentemente o prolongamento da guerra em Angola, exortou as partes beligerantes ao diálogo e à busca de uma solução pacífica, e apelou à Comissão Europeia que mobilize recursos de ajuda humanitária. Mas a história angolana das últimas quatro décadas não abre espaço para optimismos.

As declarações recentes de Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos, afirmando de parte a parte disponibilidade e empenho para retomar o processo de paz em Angola, e a resolução do Parlamento Europeu que se lhes seguiu, seriam fonte de algum optimismo, não fosse a profunda descrença na capacidade de regeneração e "fairplay" dos tradicionais protagonistas do imbróglia angolano, e não fosse a descrença ainda na real capacidade de intervenção dos organismos internacionais na resolução de conflitos nacionais desta natureza. O facto não retira, no entanto, mérito à iniciativa dos eurodeputados portugueses que veio a resultar na aprovação da resolução pela assembleia de Estrasburgo.

Resumidamente, o texto da resolução do PE condena o prolongamento da guerra em Angola, e exorta as partes conflitantes ao diálogo político e à busca empenhada de uma solução pacífica (com o envolvimento da sociedade civil e das instituições religiosas), tomando como base o Protocolo de Lusaca e as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O texto exorta ainda a Comissão Europeia a mobilizar recursos para conceder a indispensável ajuda humanitária ao desvalido povo angolano.

Entretanto, uma breve recapitulação da história da descolonização e dos termos de relacionamento, tanto interno, como entre os diferentes movimentos nacionalistas angolanos desde o seu surgimento até à data, justifica a descrença, agourando os prognósticos mais optimistas. Nessa história, a hostilidade mútua é desde sempre bem patente e constitui um legado porventura incontornável.

A Luta Armada: 1961-1974

Como é sabido, a guerrilha anti-colonial angolana inicia-se em 1961 com as primeiras intervenções militares da antiga União Popular de Angola (UPA) na região Norte. A organização fora fundada em 1957 por Barros Necaca e pelo sobrinho Holden Roberto, adoptando a designação inicial de União Popular do Norte de Angola (UPNA) e sedeando-se no Congo belga. Holden Roberto é o responsável pelo estabelecimento dos contactos internacionais da organização, conseguindo um dos seus primeiros apoios junto aos norte-americanos. De perfil étnico acentuado, a UPA recruta para as suas fileiras predominantemente membros da nação bacongo, estabelecida em ambos os lados da fronteira entre Angola e o Congo belga.

Em 1962, a organização ganha aderentes de outras etnias, de entre os quais Jonas Savimbi, de origem ovimbundu, e converte-se na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Savimbi torna-se instrumental no recrutamento dum número significativo de jovens angolanos que como ele se exilavam na Europa, em particular na Suíça, sobrevivendo com bolsas de estudo de organizações

protestantes.

É também a partir de 1962 que, através da CIA, os Estados Unidos passam a fornecer de modo sistemático armamento e suporte político à FNLA. Holden Roberto assume integralmente a chefia da organização e forma um governo no exílio. Sucodem-se as propostas de integração com o MPLA (a instâncias deste último que entretanto transferira a sua base de Conacri também para o Congo belga), as quais são todas prontamente rejeitadas.

O tribalismo, a prepotência e a corrupção que marcam a chefia do FNLA cedo provocam cisões, rebeliões internas e a desacreditação internacional do movimento. Em 1964 Jonas Savimbi rompe com Holden Roberto e forma a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Ainda nesse ano, guerrilheiros revoltosos chegam a ocupar a sede da FNLA em Leopoldville, e vários desertam para o lado português. Além disso, como vem a ser admitido mais tarde por elementos afectos à própria direcção da FNLA, era já nesse período prática comum o massacre de povoações inteiras do Norte de Angola que se recusassem a colaborar ou aderir à organização.

Entre finais dos anos 1960 e 1974 o apoio americano vai reduzir-se a um subsídio de manutenção, e o grupo de Holden Roberto sobrevive quase exclusivamente às custas do suporte logístico e militar de Mobutu, para além de receber algum apoio da China.

Como é também sabido, o MPLA é fundado em finais de 1950 por um grupo de intelectuais e estudantes mestiços liderados por Mário de Andrade, Viriato da Cruz, António Jacinto e Agostinho Neto. Este último encontrava-se em Portugal, onde viera cursar Medicina, estando na altura preso em consequência do seu activismo anti-colonial. Provenientes maioritariamente da região de Luanda, os membros do MPLA mantêm uma relação de maior proximidade com a etnia Mbundu. Mário de Andrade e Viriato da Cruz exilam-se em Paris após a formação do movimento e transferem depois a sua base para Conacri. Após a fuga de Agostinho Neto, este assume a liderança do MPLA, que passa a basear-se, como acontecia com a FNLA, no Congo belga.

Ao longo do seu percurso guerrilheiro, em particular nos primeiros anos, a actuação mais relevante do MPLA desenvolve-se no campo político-diplomático. As múltiplas tentativas de acção militar na região de Cabinda são sistematicamente bloqueadas pelo FNLA, que sob o ponto de vista étnico e logístico "jogava em casa." As intervenções militares mais destacáveis do MPLA nesse período inicial limitam-se, efectivamente, às campanhas de Nanbuangongo. Uma maior implantação militar é conseguida com a abertura da frente Leste (baseada na Zâmbia), sob a chefia de Daniel Chipenda.

Com este evento, o movimento perde em parte a imagem de elite urbana, alargando-se a sua base étnica. À excepção dos Estados Unidos, que ainda apostavam na FNLA, em meados de 1960 o MPLA conseguira alcançar uma credibilidade internacional significativamente superior à dos restantes movimentos, apesar da sua comparativamente fraca afirmação militar, e a OUA passa a apoiá-lo, deslegitimando a FNLA.

No entanto, a gestão dos assuntos internos do MPLA era também fortemente marcada pela dissensão e discórdia, tendo-se multiplicado ao longo do período da luta armada as acusações de falta de procedimento democrático das cúpulas, dirigidas em particular contra Agostinho Neto, e permanecendo no seu interior

sérias tensões de ordem étnica.

A primeira grande crise dá-se em meados de 1960 com a cisão de Viriato da Cruz, que rompe com Neto e se associa à FNLA. A segunda ocorre em inícios de 1970, quando Daniel Chipenda lidera a revolta da frente Leste e divide o movimento em dois. A terceira surge pouco antes do 25 de Abril de 1974, com a "revolta activa" liderada por Mário de Andrade.

A UNITA, por sua vez, abre pouco depois da sua criação na sequência do rompimento entre Savimbi e Holden Roberto, também uma frente Leste. E cedo se envolve em hostilidades militares, tanto com a FNLA, como com o MPLA, mas em particular com este último. Ao mesmo tempo, reforça a sua base étnica entre os ovimbundu, recorrendo com frequência a métodos coercivos tão ou mais ferozes que os empregues pela FNLA. O rapto colectivo, o massacre de populações e a execução sumária ao mais pequeno sinal de discordância, incluindo dos seus correligionários mais próximos, vêm a ser denunciadas como prática emblemática e identificativa da chefia de Savimbi. Quanto às alianças e fontes de apoio militar e político à organização, constituiriam desde sempre um sério desafio à coerência. É conhecido o entendimento tácito de não-agressão e entreaajuda entre a UNITA e as forças coloniais portuguesas, como é conhecido o apoio logístico e militar que recebeu do regime do apartheid da África do Sul, além do apoio da China e dos Estados Unidos.

Como já tem sido afirmado, a data do 25 de Abril de 1974 vai encontrar as três principais facções nacionalistas angolanas mais empenhadas na luta entre si do que na luta contra as forças coloniais portuguesas, factor que complexificou, fragilizou e, deve ser dito, deslegitimou à partida a transferência do poder em Angola. Em Fevereiro de 1975, durante o governo de transição, tinham-se reiniciado em Luanda os combates entre as diversas facções, com o apoio de parte dos intervenientes na guerra fria, e instala-se a situação de guerra civil que até hoje perdura. O falhanço total das múltiplas "tentativas" de reconciliação nacional sob a égide dos organismos internacionais é facto comprovado e do conhecimento geral.

Deslegitimação das Chefias Bélicas

Em Angola, como na maioria dos casos de disputas nacionais prolongadas, a questão que se levanta é até onde pode e deve ir a intervenção oficial da comunidade internacional, sendo que a intervenção oficiosa é em regra desde início uma situação de facto. As múltiplas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas respeitantes ao caso angolano têm, como em múltiplos outros casos também, constituído letra morta. Não só porque falta à organização mundial o poder de imposição legal, mas porque, como é sabido, muitas daquelas resoluções entram em contradição com os interesses económicos e geopolíticos de vários dos membros que, diplomaticamente pressionados, acabam por nelas votarem.

Não se tratando, então, de casos de genocídio eminente, que constituam sério risco para a segurança internacional, ou ainda ameaça económica visível para o Ocidente, como pôr termo à agressão violenta ao longo de décadas a cidadãos vulneráveis em conflitos nacionais? Uma via possível, que não deixa de ser uma via humanitária, é a do empenhamento dos próprios organismos internacionais na deslegitimação das chefias nacionais de acentuado pendor bélico e declarada incompetência para a governança de Estado. Afinal de contas, vai sendo tempo de que à dita soberania do estado-nação se sobreponha, mesmo no menosprezado terceiro mundo, a condição humana do cidadão comum. Afinal de contas, quem nos garante que esse cidadão não constitui o melhor candidato, tanto para o interesse nacional no terceiro mundo, como para o interesse nacional no Ocidente?